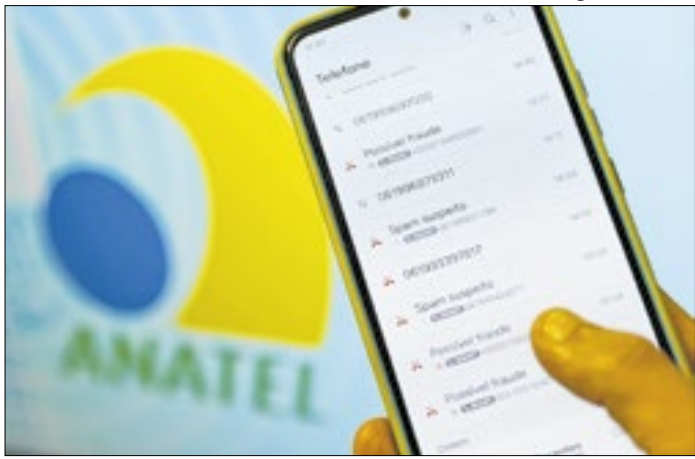


Marcelo Camargo/Agência Brasil

CORREIO NACIONAL

Bruno Peres/Agência Brasil



O bloqueio pode ser feito de outro aparelho

Celular Seguro vai bloquear aparelhos sem o app instalado

A partir de agora, quem for vítima de furto ou roubo de celular ou quem perdeu o aparelho pode registrar a ocorrência pelo aplicativo Celular Seguro usando outro aparelho telefônico, tablet ou computador. E não é mais necessário informar o IMEI do celular, uma espécie de CPF do aparelho, nem ter registro prévio no aplicativo.

A informação foi divulgada nesta quinta-feira (11) pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Basta baixar o app e entrar no Celular Seguro por meio de outro dispositivo, fazer o registro em até 15 dias, indicando a data e o horário do ocorrido, bem como a linha telefônica utilizada no celular.

Servidores em casos de violência

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e o Ministério das Mulheres publicaram, na sexta, portaria conjunta que dispõe sobre o direito de remoção, redistribuição e movimentação de servidores públicos federais em situação de violência doméstica e familiar. As regras se aplicam a mulheres, independentemente da orientação sexual, e também a homens que estejam em relação homoafetiva, lotados em órgãos públicos.

Rovena Rosa/Agência Brasil



Constatação é da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Desigualdades que dificultam acesso

As desigualdades socioeconômicas repercutem também no acesso à educação infantil no Brasil.

Essa é uma constatação do estudo inédito O desafio da equidade no acesso à educação infantil: uma análise do CadÚnico e do Censo Escolar, realizado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

O estudo cruza informações do CadÚnico com o Censo Escolar, a partir de microdados de 2023.

SUS faz mutirão com 61 mil cirurgias

O Ministério da Saúde fez, no sábado (13) e domingo (14), um mutirão com 61,6 mil cirurgias e exames pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Deste número, 11,5 mil são cirurgias eletivas. Todos os estados e o Distrito Federal serão contemplados. A mobilização nacional reunirá 188 hospitais, entre Santas Casas, unidades filantrópicas, hospitais universitários da Rede Ebserh e institutos federais.

Povos isolados

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) registra 115 povos indígenas isolados em todo o território nacional, mas o Estado brasileiro só confirma a existência de 29 desses grupos, uma vez que 86, o equivalente a 75%, ainda estão em fase de validação ou em etapas anteriores de análise.

Veto da Anvisa

A Anvisa proibiu, na quinta, a comercialização de dois cosméticos no Brasil. A decisão foi tomada por falta de registro. Os produtos proibidos são a Deo Colônia Amantikir, da empresa Aon Indústria de Cosméticos Naturais Ltda., e a Maquiagem Capilar Mavi Pang Hair Shadow, de origem desconhecida.

Exploração de gás

Pesquisadores, ambientalistas e entidades da sociedade civil alertam para os riscos hídricos, climáticos e sanitários da técnica de fraturamento hidráulico (fracking) usada na exploração de gás natural não convencional. Posicionamentos sobre o tema foram apresentados na quinta, em audiência pública no STJ.

Sífilis preocupa

Dados do Ministério da Saúde, divulgados em outubro deste ano, mostram que a sífilis continua em ritmo acelerado de crescimento no Brasil, acompanhando uma tendência mundial. A situação é mais grave entre as gestantes: entre 2005 e junho de 2025, o país registrou 810.246 casos de sífilis em gestantes.

Mosquitos estéreis I

O Ministério da Saúde iniciou a liberação de mosquitos Aedes aegypti machos e estéreis na aldeia Cimbres, no município de Pesqueira (PE). Em nota divulgada pelo Ministério, a pasta informou que já foram soltos 50 mil insetos com o objetivo de fortalecer o controle de arboviroses na região.

Mosquitos estéreis II

“A estratégia impede que os mosquitos, ao acasalarem com as fêmeas, produzam descendentes, contribuindo para a redução gradual da população do vetor e da transmissão de vírus”. Segundo o ministério, a ação marca o início da aplicação da Técnica do Inseto Estéril por Irradiação em territórios indígenas.



Para pesquisa, 20,6% afirmaram ter transtorno de ansiedade

10% dos agentes penitenciários sofrem com depressão

Pesquisa foi feita com 22,7 mil profissionais da área

Pelo menos 10,7% dos agentes penitenciários brasileiros tiveram diagnósticos de depressão, aponta pesquisa realizada com 22,7 mil profissionais da área entre 2022 e 2024 em todo o país.

Outros dados relacionados à saúde mental divulgados nesta semana pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, mostram, por exemplo, que 20,6% afirmaram ter transtorno de ansiedade, além de haver 4,2% com relatos de transtorno de pânico.

Os dados foram organizados na pesquisa Cenários da Saúde Física e Mental dos Servidores do Sistema Penitenciário Brasileiro, que teve parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Segundo o governo federal, os mais de 100 mil servidores penitenciários brasileiros desempenham uma função estratégica para a segurança pública, embora muitas vezes invisibilizada.

Os organizadores da pesquisa reconhecem que os resultados evidenciam desafios vivenciados pelos servidores, relacionados ao ritmo intenso de trabalho e às exigências emocionais e físicas da atividade.

No entanto, o levantamento mostra também que 15,9% dos servidores estão “muito satisfeitos” com o trabalho enquanto 59,3% se dizem “satisfeitos” com

as atividades desenvolvidas. Ao mesmo tempo, a maioria (50,7%) entende que a sociedade poucas vezes reconhece o valor do trabalho, enquanto 33% “nunca” se sentem reconhecidos.

Doenças físicas

Em relação às doenças físicas, os agentes penitenciários destacaram problemas como obesidade (12,5% dos servidores), hipertensão (18,1%) e doenças ortopédicas (12,3% dos casos).

Diante dos números, o secretário nacional de Políticas Penais, André Garcia, apontou a necessidade de urgência de políticas estruturadas de cuidado para a categoria, de acordo com o que divulgou o governo federal. Ele considera que esses profissionais sustentam uma estrutura essencial para a segurança pública e tiveram necessidades ignoradas.

“A partir deste diagnóstico, consolidamos um compromisso: aprimorar as ações já iniciadas, ampliar o cuidado e garantir que cada servidor tenha as condições necessárias para exercer sua função com dignidade e qualidade”, afirmou o secretário em nota.

O diretor de Políticas Penitenciárias, Sandro Abel Sousa Barradas, avaliou que é necessário implementar políticas de cuidado que impactam diretamente o bem-estar, a valorização e o desempenho dos servidores.